



ISSN: 2358-0844
n. 18, v. 1
out.2022-dez.2022
p. 5-24

A casa, a metafísica referencial e a descolonização ideológica da arquitetura e do urbanismo

(The house, the referential metaphysics, and the ideological decolonization of architecture and urbanism)

(La casa, la metafísica referencial y la descolonización ideológica de la arquitectura y el urbanismo)

Gleiton Matheus Bonfante¹
Diana Helene²

RESUMO: Considerando que a arquitetura é uma linguagem que desenha na cidade as ideologias de uma cultura, este artigo se inspira em disputas conceituais e filosóficas pela linguagem que têm sido frutíferas nas áreas de antropologia linguística, semiótica e linguística aplicada para questionar a metafísica referencial que jaz no conhecimento sobre arquitetura e urbanismo e que limita a possibilidade de uma criatividade arquitetônica múltipla, política e socialmente engajada. A partir da discussão de exemplos concretos de moradias não convencionais enseja-se a rejeição da normatização dos espaços privados e públicos, a fim de propor uma polissemia do significante casa. Ao discutir esses exemplos contra-hegemônicos, nos propomos a desconstruir a relação normativa da arquitetura com o corpo, o sujeito e a cidade. Entre as conclusões, é sugerido que a normatividade na arquitetura e no urbanismo não é inerente, mas um resultado de inculcação de desejos filosóficos de pureza, disciplinaridade, assertividade referencial e da família hétero-capitalista como modelo e tema orientador dos desejos e das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Casa. Metafísica referencial. Gênero. Decolonialidade. Família.

Abstract: Considering that architecture is a language that draws in the city the ideologies of a culture, this article draws inspiration from conceptual and philosophical disputes over language that have been fruitful in the areas of linguistic anthropology, semiotics, and applied linguistics to question the referential metaphysics that lies in the knowledge about architecture and urbanism and that limits the possibility of a multiple, political, and socially engaged architectural creativity. From the discussion of concrete examples of non-conventional housing, it seeks to reject the normativization of private and public spaces, to propose a polysemy of the signifier house. By discussing these counter-hegemonic examples, we propose to deconstruct the normative relation of architecture to the body, the subject, and the city. Among the conclusions, it is suggested that normativity in architecture and urbanism is not inherent, but a result of inculcation of philosophical desires for purity, disciplinarity, referential assertiveness, and the heterocapitalist family as a model and guiding theme of desires and social relations.

Keywords: House. Referential metaphysics. Gender. Decoloniality. Family.

Resumen: Considerando que la arquitectura es un lenguaje que dibuja en la ciudad las ideologías de una cultura, este artículo se inspira en las disputas conceptuales y filosóficas sobre el lenguaje que han sido fructíferas en la Antropología lingüística, la Semiótica y la Lingüística aplicada para cuestionar la metafísica referencial que subyace en el conocimiento sobre la arquitectura y el urbanismo y que limita la posibilidad de una creatividad arquitectónica múltiple, política y socialmente comprometida. A partir de la discusión de ejemplos concretos de viviendas no convencionales, se fomenta el rechazo a la estandarización de los espacios privados y públicos para proponer una polisemia del significante casa. Al discutir estos ejemplos contrahegemónicos, se propone desconstruir la relación normativa de la arquitectura con el cuerpo, el sujeto y la ciudad. Entre las conclusiones, se sugiere que la normatividad en la arquitectura y el urbanismo no es inherente, sino resultado de la inculcación de los deseos filosóficos de pureza, disciplinariedad, asertividad referencial y de la familia heterocapitalista como modelo y hilo conductor de los deseos y las relaciones sociales.

Palabras clave: Casa. Metafísica referencial. Gênero. Decolonialidade. Família.

1 Professor visitante no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado FAPERJ nota 10/2022. E-mail: supergleiton@gmail.com

2 Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/Ufal) e da Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ). E-mail: diana.helene@fau.ufal.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 30/06/2022
Aceito em 09/08/2022

1 Introdução

Era uma casa/ Muito engraçada/ Não tinha teto/ Não tinha nada.
Ninguém podia/ Entrar nela, não/ Porque na casa/ Não tinha chão.
Ninguém podia/ Dormir na rede/ Porque na casa/ Não tinha parede.
Ninguém podia/ Fazer pipi/ Porque penico/ Não tinha ali.
Mas era feita/ Com muito esmero/ Na Rua dos Bobos/ Número zero.
[...]
(A casa, Vinícius de Moraes)

Entre os filósofos que celebraram a instabilidade referencial, Deleuze e Guattari (1972/2020) o fizeram a partir de um arcabouço alegórico que privilegia a esquizofrenia como “processo da produção” (p. 41), desafiando a expectativa de estabilidade dos sentidos e o despotismo do significante. A própria experiência da leitura de *O Anti-Édipo*, uma escrita esquizo e multirreferencial, conduz ao efeito de confusão referencial, dúvida sobre limites claros e incerteza sobre a verdade unívoca, pois “o esquizo dispõe de modos de marcação que lhes são próprios [...] um código de registro particular que não coincide com o código social, ou só coincide com ele a fim de parodiá-lo. O código delirante, o código desejante apresenta uma fluidez extraordinária” (DELEUZE; GUATTARI, 1972/2020, p. 29). É por sua instabilidade referencial, fluidez e não coincidência paródica que o esquizofrênico como conceito será usado neste artigo como uma qualificação desejada para o significante casa pela perspectiva da arquitetura, do urbanismo e das ciências sociais.

O que é uma casa? Para que serve? A quem serve? Como ela se relaciona com as narrativas da cidade? Como as casas narram cidades? Como elas narram seus habitantes? E a sociedade que as erigem? Se quem me lê consegue responder essas questões sem dificuldade e com precisão, estará vozeando o principal fetiche da metafísica referencial: a estabilidade dos sentidos. Essas perguntas retóricas dão o tom da crítica que tecemos neste artigo: a estabilidade do sentido de casa e os apagamentos sócio-políticos que essa estabilidade possibilita. Com tal crítica em tela, propomos caminhos filosóficos para desconstruir a relação normativa da arquitetura com o corpo, com o sujeito e com a cidade, fornecendo exemplos concretos da disciplina para um mundo contemporâneo ético e crítico ao hétero-capitalismo. Para tanto, assumimos que as provocações quanto ao que se entende por linguagem que ocorrem na Linguística Aplicada (BONFANTE, 2020; BORBA, 2014; FABRÍCIO, 2016) podem iluminar questões postas à arquitetura e ao urbanismo pela produção de conhecimento decolonial. Ora, não pode haver conhecimento contracolonial quando se opera com um entendimento colonial de linguagem.

Se tomarmos como exemplo a epígrafe de Vinícius de Moraes, que tem embalado infâncias



e desestabilizado a referência de algo tido como dado, podemos inferir pelo estranhamento poético que nos causa a casa sem nada que uma casa possui traços prototípicos: paredes, chão, teto, penico (banheiro), número. À primeira vista, os elementos que a canção expressa como essenciais pela falta são signos que produzem não apenas o espaço casa, mas que performam muitas ideologias, entre elas a separação entre espaço público e privado, entre vida política e vida particular, o monopólio da família como estrutura básica da habitação, a pressuposição da reprodução, a estabilidade funcional dos cômodos. Essas ideologias não vigoram de forma independente. Elas reforçam e são reforçadas por uma série de instituições como a família, que, embora assumida como unívoca, pode ser plural. Neste texto, trataremos essa ideia hegemônica de família – branca, mononuclear, monogâmica, cis-heterossexual e burguesa – como família hétero-capitalista. (HALBERSTAM, 2005). Seguindo Halberstam (2005), entendemos que o tempo reprodutivo está enredado no tempo capital, de modo que no seio da família hétero-capitalista funções orgânicas e capitais estão submetidas a uma conjugalidade automática: nascer, crescer, casar, acumular capital, reproduzir, morrer e deixar herança à sua prole são etapas supostamente desejadas e incontornáveis da vida, que limitam os repertórios sociais aceitos ao ser e estar no mundo.

O hétero-capitalismo construiu a casa papai-mamãe-filhinho, um refúgio moral em que se podem gerar corpos para o trabalho que serão devorados e consumidos pela máquina capital. A arquitetura das casas e o planejamento urbano ajudam a sustentar criativamente a normatização do espaço e a homogeneização da experiência urbana. E a razão para tal é a dificuldade em se desvencilhar de uma racionalidade epistêmica cartesiana com ranço colonial: a metafísica referencial. Esse conceito pressupõe que a linguagem existe apenas pela sua referencialidade e tem dois preceitos: 1. entendimento de repertórios semióticos como meros instrumentos de descrição do mundo e 2. linguagem como mero objeto de mediação entre sujeito e mundo social. A metafísica referencial é a racionalidade que guiou a produção de conhecimento cartesiano e os ideais modernos de purismo, extraíndo da linguagem seu poder agentivo. Ela também é pervasiva em instituições normativas que organizam a vida privada e praticamente determinam a organização arquitetônica da cidade, uma configuração que frequentemente não reflete o cotidiano das pessoas e a diversidade social e política. É justamente desse descompasso entre as demandas pós-coloniais urbanas e a-politização da criatividade arquitetônica que este artigo surge. Ele propõe um exercício reflexivo sobre a poética e política da arquitetura e do urbanismo como tentativa de prover exemplos concretos de projetos de moradia que estejam conectados com uma sociedade que escreve suas narrativas por linhas tortas e dissidentes.

Para tanto, seguiremos o seguinte percurso: na seção 2, discutimos o conceito de casa, o



historicizando, e questionando seu entendimento corrente na arquitetura e os problemas políticos de seu entendimento inequívoco. Na seção 3, privilegamos o equívoco como forma de referência e de existência narrativa ao explicar a metafísica referencial, suas perdas éticas e políticas e propor sua transgressão pela prática arquitetônica. Na quarta seção, elencamos alguns exemplos concretos de espaços de morar que desafiam a metafísica referencial e abraçam uma reflexão sobre a casa que considera as subjetividades, necessidades específicas e conjugalidades queer, reinscrevendo na cidade sujeitos invisibilizados. Na seção 5, concluímos o trabalho e comparamos os ganhos éticos, epistêmicos e teóricos do texto.

2 Uma casa para Édipo

Das cavernas da pré-história aos tipos-modelos de casas operárias, todos são convidados
a seguir o pressuposto da vida privada como uma das conquistas da humanidade.
Progressivamente constrói-se a imagem da home como signo e condição indispensável
da felicidade – uma lareira e um coração.
(Os excluídos da História, Michelle Perrot)

A metafísica referencial está impregnada na produção de conhecimento hegemônico tanto da arquitetura quanto do urbanismo. É possível dizer sem exagero que a metafísica referencial sustenta a produção do conhecimento, oferecendo uma linguagem transparente que muito convenientemente apenas retrataria sem embargos um mundo que preexiste. Essa racionalidade cartesiana se revela na metalinguagem³ com que o campo de conhecimento foi erigido. Vejamos alguns exemplos no que tange à casa. Heidegger (2018), filósofo filiado ao partido nazista, afirmava que existir como ser humano significaria habitar, sugerindo que habitar e ter hábitos são características associadas e inerentemente humanas⁴. Bachelard (1978), por sua vez, oferece uma análise conceitual da casa a partir de uma visão burguesa romantizada e quase fetichizada do lar: a casa e as imagens com que a criamos seriam poderosos fatores de integração entre pensamentos, lembranças e sonhos. A casa de Bachelard produziria humanidade por ser tanto o lugar do sonhar quanto aquele em que se guarda seus sonhos materiais acumulados. Na mesma perspectiva, diversos teóricos do campo da arquitetura e urbanismo vão afirmar que a casa se constitui como a arquitetura mais elementar, ou a própria “origem da arquitetura” (MIGUEL, 2002), alimentando o conceito de casa como um fetiche ontológico. Com razão, a busca pela origem da arquitetura parece ser uma preocupação que a fundamenta teoricamente. Desde renascentistas como Laugier,

3 A metalinguagem é a linguagem que se volta para ela mesma. É empregada para se referir a um campo prático de conhecimento. Assim, podemos falar da metalinguagem da arquitetura, do urbanismo, da política ou da linguística, como hábitos discursivos formativos de cada área do conhecimento. De forma muito simplificada, pode-se dizer que o propósito deste artigo é questionar a metalinguagem da arquitetura e do urbanismo e as racionalidades que se escondem – ou se mostram – nessa metalinguagem.

4 Interessante seria nos questionar sobre o que significa ser humano para um filósofo nazista, para então assustados e sem resposta ter clareza de que nem todos os humanos integram “o clubinho dos humanos”. (KRENAK, 2019, p. 13)



que em seu *Essai sur l'Architecture* de 1755 sugere que toda a arquitetura tem sua origem na cabana primitiva, até arquitetos contemporâneos como Norberg-Schulz (2008, p. 443), que busca localizar a “verdadeira origem da arquitetura” na diferenciação e demarcação do espaço. A referência a uma origem comum e verdadeira da arquitetura permitiu a construção de uma ideia de universalidade da casa, consagrando-a como ideal modernista, reafirmando a ideologia colonialista de separação entre primitivos (pré-modernos) e civilizados (modernos), e reforçando um paradigma de evolução da arquitetura e do habitar em que a proposta mais “avançada” seria a moderna (TAVARES, 2021). A ideologia modernista da universalidade arquitetônica consolidou ainda o pressuposto da construção da célula habitacional modernista como comum a qualquer *família*, independentemente da cultura, espaço e recursos naturais.

O emprego dessa metalinguagem comprometida com a “universalidade”, “hábito” e “origem verdadeira” reafirma um significado unívoco e ontológico para casa, um significado estável e imutável apesar dos tensionamentos sociopolíticos que se dão em torno do alargamento da sua referência. Esse significado estável e imutável se apoia principalmente na universalidade e na origem como principais fontes de sentido verdadeiro, apesar das advertências de Foucault de que a verdade sobre um tema, conceito ou prática não jaz no princípio/origem, nem na essência (identidade), mas é cocriada por meio de práticas mundanas: “a verdade é deste mundo” (FOUCAULT, 2015, p. 52), ela é histórica, social e política. Seguindo o raciocínio de Foucault, qual seria a verdade sobre a casa? Para tentar responder a essa questão, convidamos quem nos lê a pedir a uma criança em idade de alfabetização que desenhe uma casa.

Figura 1 – Primeira imagem encontrada no Google pela busca textual desenho casa criança, em junho de 2022



Fonte: Depositphotos, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3gyghh4>.

A imagem decorrente será provavelmente parecida com a Figura 1: uma porta, janelas, um telhado de duas águas e uma chaminé, talvez uma árvore ao lado da casa. Dentro dessa casa, ou ao lado, provavelmente será desenhada uma família, frequentemente branca, composta de uma mulher, um homem e uma criança: o triângulo edípico⁵. Não porque essa é a narrativa que mais se aproxima da verdade universal ou original, mas porque essa é a narrativa hegemônica que se ensina sobre o espaço, valores e configurações sociais. De fato, segundo o educador brasileiro Paulo Freire (2001), “há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço” (p. 49), que guia nossas concepções de mundo e que educa politicamente sobre a cidade, a sociedade e as pessoas. Assim, qual seria a pedagogia da casa? Seguindo a crítica de Deleuze e Guattari sobre a contaminação da experiência por um interpretativismo edípico, sugerimos que o interesse referencial pela casa a corrobora como uma instituição edípiana, organizada em torno de uma ideia de família que alimenta com sua prole a máquina capitalista. Nessa perspectiva, a ideologia da metafísica referencial na arquitetura se enraíza na casa edípiana, performando-a como neutra, original e universal – ou mesmo como um signo de felicidade – assim como a família hétero-capitalista. E escondendo, com isso, formas múltiplas de existência, sobretudo aquelas que não retroalimentam o capital, que desafiam a família hétero-capitalista e a estabilidade do sentido do habitar.

É preciso compreender que a idealização unívoca de casa, enquanto uma gramática – não no sentido do bem falar, mas no sentido de um conjunto de regras normativas – edípiana espacializada que refletiria a “origem da arquitetura”, está situada em um contexto histórico e cultural que implica uma configuração material do habitar carregada de valores simbólicos que vão privilegiar certas formas de ação, produção e desejo em detrimento de outras. Essa hegemonia ideológica parte de uma organização social específica: a família hétero-capitalista, cuja agenda engloba a manutenção do status quo no que tange a relações de gênero/raça e capitais-materiais em nossa sociedade. Na arquitetura e no urbanismo, essa hegemonia ideológica reflete a metafísica referencial em seu aspecto mais material. Investigar sobre como esse ideal hegemônico de casa se constitui é chave para compreensão das relações materiais enquanto linguagem cultural. Marilyn

5 Escrita pelo autor grego Sófocles por volta de 427 a.C., a tragédia Édipo Rei mobilizou, desde o mundo clássico até a modernidade, conceitos e apropriações em diferentes campos do saber. Na psicanálise, Freud “aprisiona esse mito” e elabora uma teoria que criou um elo indissolúvel e duradouro entre o mito e sua concepção acerca da sexualidade. Uma sinopse popular do Édipo Rei seria: Édipo (o filho do triângulo edípico de Freud) descobre que, mesmo sem intenção, casou-se com sua mãe e matou seu pai e, a partir disso, o herói se pune por esses atos: “o mecanismo perpetua-se na forma do complexo (que Freud batizará mais tarde como o complexo de Édipo) que fornece o molde efetivo do pecado original e dá origem à sociedade humana” (ROSENFELD, 2022, p. 42, 45 e 46). Deleuze e Guattari vão criticar justamente o triângulo edípico “papai-mamãe-filhinho” como núcleo significativo de um estilo de pensamento que se impõe de forma atemporal enquanto uma estrutura desejante que escapa às mudanças. Para o autor duplo é dessa forma que Freud eterniza – a partir de uma realidade bastante específica – a família reprodutiva que mais tarde seria também a hétero-capitalista.



Strathern (2017) afirma que “a cultura deve ser identificada por sua base material” e que “a atenção a fenômenos materiais e concretos fornece uma chave para a natureza das instituições” (p. 94), de modo que a principal potencialidade deste artigo seria desvelar o modo como ideologias sobre o conhecimento e linguagem operam na arquitetura, investindo numa materialidade urbana que abraça o silenciamento de narrativas dissidentes.

Com razão, o conhecimento arquitetônico hegemônico passa a ser apenas mais uma narrativa se considerado a partir de um referencial teórico feminista e anticolonial. Para tal perspectiva, a unidade de agrupamento humano atribuída à família hétero-capitalista se refere a um modelo de morfologia arquitetônica historicamente contextualizado: a casa que tomamos por universal foi criada durante a consolidação espacial do capital, estruturada pela formação das cidades industrializadas do norte global. Durante esse período, foi necessária a manutenção violenta desse modo de organização familiar, pois o matrimônio burguês e a casa se tornaram, segundo Silvia Federici (2017), os espaços sagrados para reprodução e manutenção do capitalismo. Tal reorganização espacial baseada na família hétero-capitalista transformou de forma profunda a organização social, substituindo a coletivização das tarefas de reprodução da vida pela divisão generificada do trabalho, que vai consolidar o interior da casa como o lugar de realização das atividades reprodutivas, substituindo as relações comunitárias de cuidado predominantes até então (FEDERICI, 2017) pela supremacia da propriedade e do indivíduo. A formação desse ideal de família, sugerida por Engels (2019, p. 57) como a “forma celular da sociedade civilizada”, se deu como uma prática de reprodução e retroalimentação do capital, utilizando-se para tanto de policiamento, violência física e perseguição moral, além de construções mais sutis, que consolidaram a hegemonia tanto do capitalismo quanto da “família canônica” como um “instrumento de controle e regulação econômica indispensável para sujeição do proletariado urbano” (FOUCAULT, 1988/1976, p. 115). A partir desse momento, a casa passa a ser referenciada por meio de elementos familiares-capitais, como a propriedade privada, o casamento burguês, a procriação, a monogamia e a herança. A casa será ainda narrada como a configuração mais elementar da “maquinaria urbana” (BEGUIN, 1991): a “ponta” das redes de infraestrutura – ruas, gás, energia, água etc. – na constituição da morfologia urbana que irá se consolidar no desenvolvimento das cidades industriais (HELENE, 2022).

Essa organização hétero-capitalista da casa e do espaço urbano será ainda marcada conceitualmente por uma série de dicotomias hierárquicas e explicativas, que alavancam a metafísica referencial. Patricia Hill Collins (2016) afirma que a constituição do mundo capitalista se organiza por meio do “construto da diferença dicotômica por oposição”, eixo filosófico central em torno de que orbitam os sistemas de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade, e que serve



de base para uma categorização hegemônica de pessoas, lugares, coisas e ideias em termos de sua diferença e identidade: “relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação” (COLLINS, 2016, p. 108-109). Enquanto lógica que rege a construção hegemônica do pensamento, esse construto também vai influenciar a organização espacial e sua relação com o sujeito. Partindo de uma primeira separação hierárquica entre ser humano e natureza, outros dois cortes passarão a organizar a morfologia das cidades e das formas capitalistas de habitar. O segundo corte se refere à separação iniciada durante a transição do feudalismo para o capitalismo que dividiu os espaços da moradia e do trabalho. A separação espacial entre os locais de produção – o que é considerado trabalho – e de reprodução – atividades não ou mal remuneradas ligadas à manutenção da vida, como limpar, cuidar, se alimentar etc. e realizadas majoritariamente por mulheres – foi uma das condições indispensáveis à organização do trabalho capitalista (FEDERICI 2017; WEBER, 1905/2001). Tais atividades, que antes aconteciam em um espaço conjugado, passam a se distanciar cada vez mais com o crescimento das cidades: “a industrialização estrutura no espaço urbano uma gradativa separação entre moradia e trabalho, surgindo, para isso, arquiteturas específicas para cada função” (HELENE, 2019, p. 958). O terceiro corte acontece com a criação de uma expressiva divisão entre público e privado. De acordo com Susan Okin (2008, p. 306-307), tal forma de organização social foi usada tanto para distinção entre Estado e sociedade quanto para distinguir a vida doméstica da vida coletiva: “[...] o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também, paradigmaticamente) privadas”.

A discussão acerca da constituição material e simbólica da casa nos apresenta uma narrativa estruturada por separações estanques: humano e natureza; dentro e fora; esfera privada e esfera pública; atividades reprodutivas (casa) e produtivas (trabalho). A referência da casa é baseada nessas oposições e contribui para a dissociação do espaço coletivo e político do espaço doméstico. Nutrida pelas lógicas de separação e hierarquização pulsantes na metafísica referencial, a casa vai ser ainda conceitualmente pensada como secundária, subjetiva e irracional frente ao espaço público, coletivo e político da cidade: lugar do homem, marcado pela objetividade e a racionalidade (MUXÍ MARTÍNEZ, 2018). Ademais, essa morfologia de casa também é pensada como uma construção universal e como a própria origem da arquitetura enquanto campo de conhecimento. Ela sustenta uma estabilidade referencial para proteger e abrigar a instituição edipiana que também é supostamente universal, atemporal e originária: a família hétero-capitalista.



3 Arquitetura e metafísica referencial

Em *Vozes da Modernidade*, Bauman e Briggs (2003) nos levam por uma viagem no tempo entre textos de literatura e filosofia. Eles leram cem anos de produção escrita para propor que o projeto de modernidade foi representado por um purismo que se refletia estética, política e etnicamente. Um projeto purista aposta nos limites claros e abomina o híbrido, o indefinido, o equivocado, o mestiço. A linguagem referencial é o coração do projeto moderno. A referencialidade da linguagem é uma herança conceitual que remete à leitura do cartesianismo compartilhada pelas ciências modernas. Ela reforça uma cisão entre realidade e linguagens ao passo que propõe linguagem e discurso como ferramentas neutras, que apenas representam um mundo divorciado das nossas práticas linguísticas. Entendemos aqui que a arquitetura e a cidade são linguagens, e, como tais, são veículos e performances de ideologias e pedagogias, entre elas a metafísica referencial. O legado referencial descrito como “abstrato, desencarnado e imaterial” (FABRÍCIO, 2016, p. 133) tem sido proliferado como axioma, como episteme e como principal ingrediente para propulsão do essencialismo, da obsessão pelo início/origem, e no compartilhamento de “visões pervasivas de pureza e de estruturas de significados bem definidas. A metafísica referencial é uma episteme que envolve relações unívocas e delimitadas de sentido” (FABRÍCIO, 2016, p. 134). A delimitação clara e precisa dos significados é a racionalidade que fomenta generalizações dicotômicas – como as que estruturam o capitalismo e de gênero que discutimos na seção anterior – e que funda categorizações hierárquicas e possibilita a observação de padrões de norma e de desvio.

A questão dos limites, das fronteiras, está viva não apenas nos processos de sentido, mas na dinâmica da cidade, em que a inequívocidade condiciona a violência do Estado, do capital e da sociedade quanto a certos corpos e sua aparente inadequação a projetos arquitetônicos, à cidade, à vida pública. Os limites e fronteiras, tanto das cidades quanto dos sentidos, produzem uma estabilidade referencial que delimita quais corpos importam (BUTLER, 1993) e quais vidas são dignas de ser choradas (BUTLER, 2009). Assim como a metafísica referencial, a casa pode ser um artefato cultural violento e excludente, porque é inscrita em uma possibilidade muito limitada de sentidos. A moradia é a epítome da metafísica referencial na arquitetura, que se inspira numa imagem de casa supostamente neutra que preexiste a ela: a casa que, ao contrário da engraçada de Vinícius, tem tudo: teto, parede, chão, penico, número, só não tem história, de forma a servir a uma família hétero-capitalista originária, atemporal e universal. Nesse sentido, vale pensar a arquitetura como linguagem, tanto por ser uma experiência estética, quanto um veículo ideológico e uma prática política, para então nos levantar contra um purismo modernista que impregna as



relações contemporâneas como tradição de invisibilização de demandas sociais pelo significado do habitar, da moradia, do lar: “ao ignorar as assimetrias, tensões e embates pelo significado [de língua e de casa][...], narrativas acabam por se tornar atos violentos que, constituídas por técnicas intimidantes de autoridade, suprimem contradiscursos e reproduzem desigualdades coloniais” (FABRÍCIO, 2016, p. 135).

Sugerir à arquitetura essa transgressão de não ignorar é parte desta proposta de tecer uma crítica ao paradigma referencial, permitindo novas formas de pensar, formas de conhecer, sistema de metáforas e metalinguagem que nos permitam ter sensibilidade para reconhecer as demandas urbanas e arquitetônicas de um mundo pós-colonial. Como sugerido na introdução deste artigo, o conceito esquizo de Guattari e Deleuze (2020) pode iluminar – ou melhor, borrar – a proposta de uma casa esquizo, sem referência e sem cimento. Uma casa inimaginável que pode ser tudo e que pode nem ser casa. Uma casa limítrofe, móvel e mutante, que se levanta contra qualquer despotismo do sentido, uma casa esquizo:

O esquizo está no limite dos fluxos descodificados do desejo; seria preciso entender, também assim, os códigos sociais, já que, nestes, um Significante despótico esmaga todas as cadeias, as lineariza, as bi-unívoca, e se serve dos tijolos como se fossem elementos imóveis para uma muralha da China imperial. Mas o esquizo os destaca sempre, desliga-os e os leva consigo em todos os sentidos para reencontrar uma nova plurivocidade, que é o código do desejo. (DELEUZE, GUATTARI, 1972/2020 p. 59)

O autor duplo propõe a alegoria do tijolo como unidade de sentido, uma alegoria que parece muito adequada a um texto sobre arquitetura por um instrumental teórico decolonial da linguagem e gênero. Contudo, eles criticam justamente a imobilidade e concretude dos tijolos, esmagados pelo despotismo da metafísica referencial e sua pressuposição de estabilidade de sentido. Se entendemos que casa é um significante despótico, é preciso demolir esse conceito para erguer uma esquizo-casa: sem referência clara, plurívoca, amorfa, indefinida, no limiar do sentido, um amontoado caótico de tijolos, produzida pelo desvio e pelo desejo. As casas que discutimos na seção 4 são plurívocas porque desafiam esse modelo referencial de casa que conhecemos. São amorfas porque contradizem as expectativas materiais de paredes, penicos, chão e número. Habitam o limiar do sentido no que tange a desafiar dicotomias hierárquicas, a lei do capital ou ontologias habitacionais. Elas não são esquizo-casas, que simplesmente não têm referência, mas fazem a demanda dessa necessidade à arquitetura e ao urbanismo como disciplina e como veiculadora de ideologias, insistindo que os laços sob o teto e o próprio teto podem ser de sangue, vidro, pedra e chumbo.



4 Esquizo-casa

Parou entre uns edificios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução
(Mulher, Linn da Quebrada)

O conceito de esquizo-casa que aqui propomos como uma forma de desafiar a metafísica referencial na arquitetura supõe rejeitar, transfigurar ou borrar as normas, padrões ou pressuposições hegemônicas sobre o habitar. Embora uma esquizo-casa não possa ser ilustrada porque não existe, sendo um amálgama de possibilidades, elencamos trabalhos que se voltam para as margens do poder capitalista para resistir a uma univocidade de sentido e estaticidade referencial da casa. Não por acaso, eles retratam alternativas habitacionais que estão sendo gestadas nas resistências periféricas das cidades; nas experiências de sexualidade dissidente; em movimentos sociais; ou em comunidades indígenas. Essas formas outras de habitar são aqui trazidas como ilustração da fluidez do significado de casa e como exemplos para tensionar, contorcer e distorcer o imaginário arquitetônico sobre a casa. A indeterminação, indefinição e a instabilidade referencial desses exemplos trabalham no rompimento dos limites e fronteiras entre privado e público, humano e natureza, trabalho produtivo e reprodutivo que normalizam os sentidos da casa.

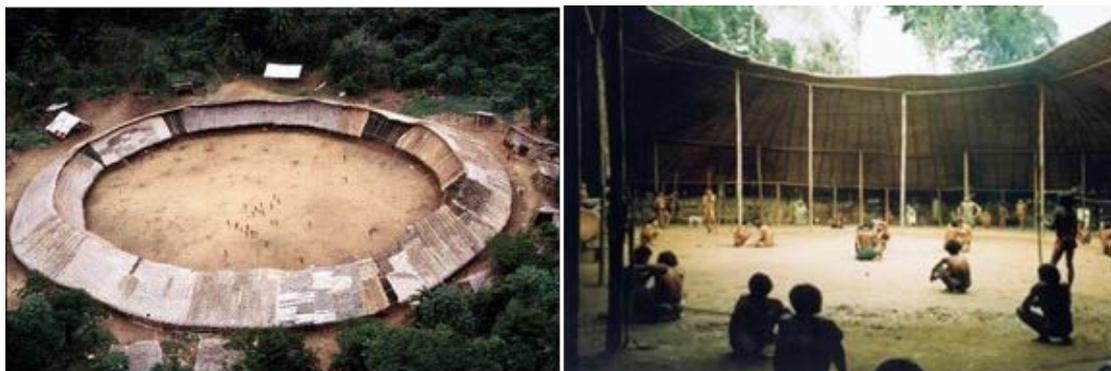
Em *Epistemologia da laje*, Freire-Medeiros e Name (2019) mostram como a laje, tipologia típica das favelas cariocas, é um elemento que conjuga uma multiplicidade referencial. Ao mesmo tempo privadas e coletivas, as lajes não são apenas cobertura das casas, mas se configuram como “ruas suspensas, pontes e rotas de fuga” que sugerem um entremeamento entre vida pública e vida privada, rua e casa: “se em um nível individual as lajes são espaço privado – casa –, seu uso coletivo, móvel e variado as transforma em área de circulação pública, ou seja, rua” (FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019, p. 161). A potencialidade esquizo das possibilidades arquitetônicas das lajes permite que sua funcionalidade seja abrangente: de áreas de lazer com piscinas improvisadas a plataformas para correr perseguindo pipas. De áreas de trabalho reprodutivo a pontos privilegiados de observação urbana e comunitária, as lajes possuem referência e configuração fluidas. Para autora e autor, as lajes representam espaços do vir a ser – “arquiteturas ancoradas no porvir” – e podem se tornar futuramente um novo cômodo ou mesmo uma nova casa: “a laje é um elemento mutável, potencialmente em expansão” (FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019, p. 165). Portanto, a laje desafia a metafísica referencial e a concretude funcional que a arquitetura erige com concreto, apostando na sobreposição de fronteiras entre público e privado e desafiando os limites funcionais a que os cômodos são relegados.

A multiplicidade referencial e o borramento de limites usualmente empreendidos por



construções populares nas margens da cidade são características celebradas por outro tipo de habitação na Amazônia brasileira e venezuelana: o *shabono* dos Yanomami. É uma construção formada por um grande telhado cônico com uma clareira no centro, compondo um espaço comunal em que acontecem as cerimônias e festejos coletivos, como pode ser observado nas Figuras 2 e 3. Essa construção, aparentemente uniforme e unitária, na verdade é formada por uma série de unidades construtivas em formato triangular relativas a cada agrupamento familiar: o *tapiri*. Sua forma e tamanho estão relacionados à quantidade de pessoas pertencentes ao grupo e às relações de parentesco. Isto é, o *shabono* é construído em partes, a partir da combinação dos outros *tapiris* elaborados por cada grupo de parentesco, formando uma estrutura circular comum, como exposto nas Figuras 4 e 5. Como na casa engraçada de Vinícius de Moraes, não existem paredes, mas diferentemente dela há redes de dormir, cabaças e cestos presos nos pilares abaixo do *tapiri* de cada grupo familiar. Há ausência de paredes tanto na área voltada para a clareira central quanto na voltada para a floresta (cf. GASPARINE; MARGOLIES, 1986). O formato circular do *shabono* sugere transcorrer em seu espaço pontos de permanência múltiplos, fluxos internos não lineares e caminhos rizomáticos⁶. Uma casa em que se permite girar e rodar, que remete à ciclicidade e à ação contínua, obliterando separações categóricas que frutificaram desde a virada capital. Observa-se ainda a fluidez entre os diferentes elementos constituintes do agrupamento e uma relativa falta de distinção de limites nítidos que sustentariam separações entre indivíduo e coletividade, dentro e fora, tornando impreciso o que é casa e o que é aldeia.

Figuras 2 e 3 – O shabono Yanomami

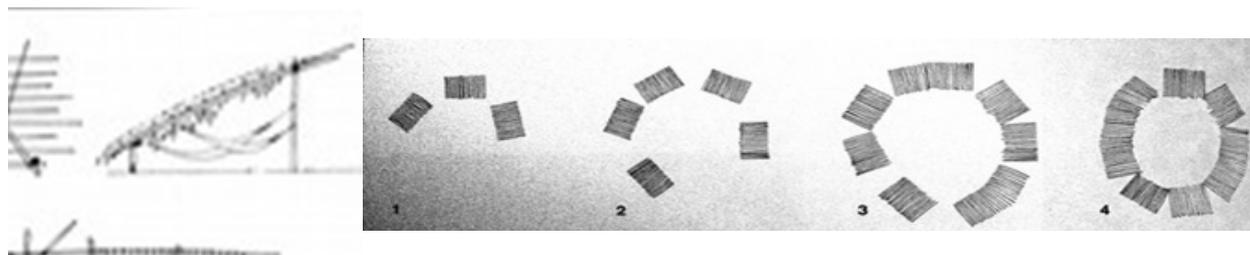


Fonte: Figura 2: Lars Løvol; Figura 3: Carlo Zacquini.

⁶ Rizoma é mais um conceito criado por Deleuze e Guattari para descrever uma perspectiva descentralizada e horizontalizada de fluxos, simultaneidades e multiplicidades que não possuem eixo ou centro. O termo tem origem na biologia: rizoma é uma estrutura botânica que pode se ramificar de forma múltipla em qualquer ponto, operando ora como raiz ora ramo: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995, p. 16).



Figuras 4 e 5 – Tapiri unidade construtiva do shabono Yanomami



Fonte: Gasparine e Margolies (1986, p. 49-50).

Partindo para outros exemplos de casas que tendem a uma força esquizo, vale ressaltar como corpos que transgridem a ‘heteronormatividade compulsória’ e a separação do espaço se conjugam na vivência urbana. Em Campinas, interior do estado de São Paulo, está localizado o maior bairro de prostituição da América Latina, o Jardim Itatinga. Em meio às diversas boates, bares, trailers, “casas” de prostituição e mulheres nas calçadas com roupas sensuais e vibrantes em seus sapatos altos, existem, curiosamente, algumas casas que apresentam em suas portas e muros fechados placas com inscrições como “casa de família” ou mesmo ruas com os dizeres “proibido fazer programa – rua de família”. Devido à característica prostitucional do bairro e pela sua urbanidade díspar do que se considera o espaço “familiar” hegemonicamente, os poucos espaços habitacionais do bairro em que acontecem atividades diversas da prostituição se diferenciam usando essa sinalização, como podemos ver nas Figuras 6, 7 e 8.

Figuras 6, 7 e 8 – Sinalizações “familiares” no bairro de prostituição Jardim Itatinga



Fonte: Acervo pessoal de Diana Helene, 2015

Como Helene (2015) explica, o Jardim Itatinga foi um bairro planejado⁷ para a prostituição, de modo que a maioria das casas ali erigidas não são moradias, mas locais de trabalho⁸. Curiosamente, os espaços de prostituição do bairro são chamados pelas prostitutas que lá circulam de “casa”, e

⁷ Para saber mais sobre a história da criação do bairro Jardim Itatinga, veja Helene (2015).

⁸ Embora haja em algumas casas um esquema de pensão e moradia, a maioria dos locais de prostituição do bairro ou têm abrigos temporários (as prostitutas não vivem no lugar, apenas pernoitam alguns dias) ou são espaços apenas para o exercício da prostituição.



não de bordel, prostíbulo ou puteiro. Essa alegoria se desdobra em outros termos: “donas de casa” para se referir às prostitutas mais velhas que comandam o espaço de prostituição, constituindo nomes compostos como “casa da Paraguaya”, “casa da Lourdes; e “mãe” ou “avó”, modo mais íntimo como algumas donas de casa são chamadas pelas prostitutas.

Quanto à arquitetura, a grande maioria dessas casas de prostituição têm estrutura semelhante às existentes em outros bairros residenciais de Campinas, principalmente pelo tamanho dos lotes, recuos impostos pela legislação e materiais de construção comuns. As plantas baixas das casas seguem o mesmo padrão referencial unívoco (sala, cozinha, quartos, um banheiro, uma varanda/alpendre na frente e um quintal nos fundos). A similitude arquitetônica com a casa hegemônica pode ter sido um artifício para aprovação da construção na prefeitura⁹, mas também pode indicar uma relação simbólica unívoca entre o imaginário e a constituição da “casa”. Apesar das semelhanças arquitetônicas, se subvertem os usos de cada um desses lugares. Muitas vezes, a varanda frontal da casa é onde se instala uma grande caixa de som e um *pole dance* em que as mulheres se exibem para os possíveis clientes que passam. A cozinha se torna o bar/salão próximo à entrada para recepção e entretenimento: onde se dança, bebe e negocia o programa. A sala se torna mais um quarto para realização dos programas, e no quintal dos fundos se estabelece uma área de serviços que geralmente os clientes não acessam, onde muitas vezes se cria uma cozinha improvisada ao ar livre para refeições, uma área de convívio das trabalhadoras, ranchos, pequenas hortas e onde se criam alguns animais (HELENE, 2015). Tanto a nomeação casa para um espaço em que se realizam atividades sexuais profissionalmente quanto a denominação mãe para suas donas são exercícios de ironia à metafísica referencial, porém não são características exclusivas a esse bairro. Outros estudos demonstram como a nomeação *casa* é uma alegoria comum para zonas de prostituição (SILVA; BLANCHETTE, 2009; SIMÕES, 2010). Embora não seja familiar, essa construção é casa. Embora casa, ela não abriga uma família reprodutiva. Sua funcionalidade embaraça essa denominação e a referência hétero-capitalista e edípica da casa. As figuras da tríade do teatro de Édipo estão diluídas e misturadas em diversos papéis (mãe que é patroa, cliente que não é marido, filho que não existe e as diversas configurações que podem se estabelecer durante as fantasias sexuais). Os papéis interpretados são múltiplos, variantes e se intercambiam de acordo com fantasias e jogos sexuais. A entrada da casa avarandada vira pista de *pole dance*, e um quarto para procriação se torna espaço de viver uma fantasia interdita. Subvertem-se os usos e suas nomeações (casa, família, mãe, avós), bem como sua arquitetura, esgarçando a metafísica

⁹ Para melhor compreender essa afirmação, vale explicitar que no Brasil, o trabalho como prostituta(o), individual e independente não constitui crime. De acordo com o Código Penal Brasileiro, são crimes: o ato de mediação, facilitação e a exploração da prostituição de outra pessoa; bem como possuir um estabelecimento onde aconteça exploração sexual. (BRASIL, 2009)



referencial e o estabelecimento de limites seguros entre os conceitos.

A performance materna que orienta a relação entre as prostitutas e as donas da casa também pode ser ilustrada pela série de televisão *Pose* (2018), sobre a “cultura do *ballroom*” nos anos 1980 em Nova York. Podemos observar como, ao mesmo tempo em que se estabeleciam espaços de resistência e manifestação cultural artística LGBT, constituíam-se espaços de acolhimento conhecidos como “casas”: lares que abrigavam jovens rejeitados por suas famílias por sua orientação sexual. Similarmente às casas de prostituição já citadas, nesses lares também é chamada de mãe a figura feminina mais velha que gerencia a casa e acolhe os jovens. Essa prática de maternidade conturba os significados hegemônicos de parentesco ao elaborar outras narrativas familiares. Também chamada de mãe por seus pares, Indianare Siqueira é uma das fundadoras da Casa Nem, uma famosa casa de acolhimento para pessoas LGBT – sobretudo trans – em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro. Hoje localizada no Flamengo, originalmente a casa nasceu na região da Lapa, área boêmia e de prostituição travesti, um “lugar maldito” segundo Amanda Giordano, que afirma ainda que “as Nems são as herdeiras diretas de Madame Satã” (GIORDANO apud BORGES, 2018, p. 29). Luiza Borges relata que a Casa Nem se configura como uma “transtopia”, pois se estrutura como uma ruptura – um “contra-espço” – instituindo uma “ordem de resistência coletiva territorializada, feminina e feminista: a Casa Nem, é uma ilha, um oásis, um retiro, um refúgio para pessoas cujos corpos estão em constante transformação” (GIORDANO apud BORGES, 2018, p. 81-82).

Nas paredes da casa, estrutura-se um espaço para a produção de narrativas dissidentes inscritas como feitiços de proteção, rizomas de significados e modestos levantes contra os efeitos da metafísica referencial sob seus corpos: assinaturas e lembranças de ex-moradoras, poesias, histórias e frases militantes, regras da casa e uma lista de pessoas banidas por homofobia, machismo e/ou racismo. As narrativas dissidentes também habitam a casa por outros meios: a Casa Nem se tornou um importante palco político e espaço cultural, sediando diversos eventos contra-hegemônicos, um deles exposto na Figura 9. Para abrigar os eventos que são verdadeiros atentados contra a metafísica referencial por celebrar a fluidez e transitoriedade do corpo trans, a arquitetura da casa foi adaptada para criar uma comunicação entre dentro e fora a partir da porta de enrolar, a garagem e a porta de aço que compõem a fachada. As duas primeiras portas dão acesso ao térreo, e pela porta de aço subimos ao segundo andar, onde se misturam áreas de convívio com os dormitórios coletivos, máquinas de costura do *Ateliê Nem*, gatos e cachorros. “Uma sala de televisão vira quarto à noite, e vira sala de aula à tarde. Um ateliê vira sala de reunião, que vira depósito. Um salão que vira festa, vira oficina, vira sala de aula e vira casa” (GIORDANO apud



BORGES, 2018, p. 61).

Nos dias de confraternização e eventos, abrem-se todas as portas, e a porta de enrolar vira um bar que se abre “tanto para a rua, quanto para dentro da casa” (GIORDANO apud BORGES, 2018, p. 61). A Figura 9 ilustra o borramento entre casa e rua a que aludimos: Conceição Evaristo fala ao microfone em um transbordamento da casa para espaço público durante o lançamento do livro *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro. No canto direito está a porta de enrolar que vira bar nos dias de festa com a frase “Transfobia não!” pintada sobre ela. Nesse transbordamento coabitam festa, bar, plateia, lugares de fala, microfones, livros, rua e moradia. Os corpos que habitam, passam e/ou circulam pela casa-rua também refletem essa pluralidade. Essa instabilidade funcional alude a uma casa esquizo, cujo potencial jaz na possibilidade política.

Figura 9 – Lançamento do livro *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro, na Casa Nem, dezembro de 2017



Fonte: Acervo pessoal de Diana Helene, 2017.

Essa mediação entre casa e rua, e a indistinção entre vida/espço público e vida/espço privado é observada em outra casa de acolhimento LGBT, a Casa 1, em São Paulo. Segundo Artur Duarte (2021), a casa estrutura uma espécie de ancoragem LGBT – ‘enviadescendo’ o bairro do Bixiga. A Casa 1 engloba não apenas o serviço de acolhimento e moradia, mas uma rede de apoio que o autor denomina infraestrutura de resistência e cuidado: além da “república de acolhimento LGBT”, existem um Centro Cultural e uma Clínica Social, equipamentos constituintes da casa que atendem toda comunidade do bairro – majoritariamente famílias de baixa renda e moradores de rua. Circulando de um equipamento ao outro, misturam-se moradores e colaboradores LGBT, possibilitando um intercâmbio de valores constituídos como díspares. A partir da inserção da Casa



1 no bairro, acontece tanto certa normalização das vidas dissidentes quanto uma *queerização* da vida local, questionando o próprio conceito de normalidade que jaz em determinadas configurações familiares sociais e sexuais.

As formas de habitar ilustradas pelas casas Nem e 1 também podem ser compreendidas como casas que figuram como importantes espaços políticos seguros de fortalecimento e de cura, semelhantes ao que bell hooks nomeou de “comunidade significativa de resistências” em seu emocionante texto sobre a potência do lar para a comunidade negra:

Ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção da casa, ainda que frágil e simples (a cabana de escravizados, o barraco de madeira), tem uma dimensão política radical. Apesar da brutal realidade do apartheid racial, da dominação, o lar de uma pessoa era o único lugar onde ela podia enfrentar livremente a questão da humanização, onde ela podia resistir. (hooks, 2019, p. 105)

Hooks lembra ainda que tem sido responsabilidade das mulheres negras construir espaços de acolhimento e resistência frente à dura e brutal realidade da opressão racista e machista nos espaços coletivos e públicos. Assim como as matriarcas das casas já citadas, as mulheres negras têm construído lares em que se pode encontrar conforto para “os pensamentos e coração [...] apesar da pobreza, das dificuldades e privações”, casas onde fosse possível restaurar a dignidade negada “do lado de fora, no mundo público” (hooks, 2019, p. 105).

As experiências arquitetônicas narradas nesta seção demonstram formas concretas, politicamente engajadas e sensíveis de desafiar a metafísica referencial e suas características implícitas ou explícitas nas práticas arquitetônicas e urbanísticas. Os exemplos de moradia e agrupamentos sociopolíticos expostos corroboram com o argumento deste artigo de que a normatividade dos espaços e da casa não é inerente, mas resultado da inculcação de desejos filosóficos de pureza, disciplinaridade, assertividade referencial e da imposição da família hétero-capitalista como modelo e tema dos desejos e das relações sociais.

5 Ética antirreferencial

As ideologias da habitação são veiculadas por textos sociais que a arquitetura inscreve na cidade. As inscrições de ideologias não se dão, contudo, apenas nos muros da cidade, mas nos muros epistemológicos que cercam e limitam o conhecimento arquitetônico e urbano, como a metafísica referencial. Ao perseguir as formas como essa racionalidade e ideologia se deixam ver, estranhamos a referência unívoca de casa para distribuir suas possibilidades conformacionais para além da família hétero-capitalista, para além do desejo e para contorcer e desafiar limites seguros, conceitos, signos, e os tijolos de sentido de que nos fala Deleuze e Guattari. Sugerimos



aqui como caminho prever que o espaço urbano e sua ocupação não podem aderir aos critérios de homogeneidade e uniformidade da herança colonialista/moderna e devem abraçar uma polissemia radical das vozes arquitetônicas, que trabalha politicamente na dissolução de hierarquias dicotômicas e separações estanques.

Nesse texto, argumentamos que a família reprodutiva tem sido desde o século XVIII parte da sustentação ideológica, social e biopolítica do capitalismo. Mesclado aos processos capitalistas, esse modelo de organização humana se transmutou em um projeto hétero-capitalista que orienta a materialidade tanto da urbanização como da arquitetura. A partir dessa provocação, trouxemos exemplos que, ao narrar casas erigidas no avesso da norma, apresentam reivindicações sociais e políticas de grupos urbanos, que justamente por desafiarem o heterocapitalismo “papai-mamãe-filhinho” são invisibilizados. A Casa Nem (BORGES, 2018), a Casa 21 (DUARTE, 2021), o Jardim Itatinga (HELENE, 2015), as construções Yanomami (GASPARINE; MARGOLIES, 1986) e as lajes (FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019) cada um à sua maneira desafiam a metafísica referencial, atacando noções estáticas e limítrofes de cidadania, dos corpos que importam, de habitação e de cidade. Ora, a recusa da herança colonial na prática arquitetônica de construir moradias passa necessariamente pelo reconhecimento da imprecisão de limites entre público/privado, família/indivíduo, individual/coletivo, homem/mulher etc. Como sugerimos, os exemplos também trabalham no borramento do sentido de palavras como casa, mãe e família, assumindo que as coisas que fazemos com a língua têm poder performativo de interagir com realidades sociais de forma material e de possivelmente de alterá-las.

A transdisciplinaridade proposta de forma explícita por este artigo é uma alternativa ética para construir conhecimento dentro da arquitetura e do urbanismo, ao mesmo tempo que rejeita a neutralidade da realidade e aposta numa diversidade radical à la Bakhtin (1929/2003) ao invés da padronização estéril e liberal. É o morar que diferencia cada pessoa da outra, e no reconhecimento dessa diferença intrínseca de moradia se inicia o reconhecimento político da diferença social.

Referências

BACHELARD, G. *A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores v. 46).

BAKHTIN, M. (1929). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BEGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano 11,



n. 34, p. 39-54, 1991.

BONFANTE, G. M. *A linguagem na pele: afeto como perlocucionário*. 2020. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 441-474, 2014.

BORGES, L. “As meninas entraram na Casa pra ficar” – corpos, marcas e narrativas: história(s) e disputas da Casa Nem. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 ago. 2009.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. *Frames of war*. London: Verso, 2009.

COLLINS, P. H. (1986). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1 p. 99-127, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1972). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.

DUARTE, A. *Enviadescer: a Casa 1 e a ancoragem LGBTQ no Bixiga*, São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ENGELS, F. (1884). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Lebooks, 2019.

FABRÍCIO, B. F. Mobility and discourse circulation in the contemporary world: the turn of the referential screw. *Revista da Anpoll*, Brasília, DF, v. 1, n. 40, p. 129-140, 2016.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. (1976). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. p. 35-54.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Epistemologia da laje. *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.

GASPARINE, G.; MARGOLIES, L. *Arquitetura popular de Venezuela*. Caracas: Armitano, 1986.

HALBERSTAM, J. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press, 2005.



- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. *Multitemas*, Campo Grande, v. 23, n. 53, p. 275-294, 2018.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.
- HELENE, D. “Preta, pobre e puta”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- HELENE, D. ALBINATI, M. ANDREOTTI, M. B. LAZARINI K. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-heteropatriarcado. In: KLEBA, J.; CRUZ, C.; ALVEAR, C. (org.). *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais*. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022. V. 3, p. 65-102.
- HOOKS, b. Constituir o lar: um espaço de resistência. In: HOOKS, b. *Anseios, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019. p. 102-117.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MIGUEL, J. M. C. Casa e lar: a essência da arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 3, n. 29, p. 11, 2002.
- MUXÍ MARTÍNEZ, Z. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018.
- NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 443-460.
- OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.
- PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POSE. Produção de Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals. New York: FX, 2018.
- ROSENFELD, K. Édipo rei, na leitura de Freud. In: MUNIZ, D. A. J.; LIMA, H. (org.). *Édipo rei: tradução, transmissão, recepção*. Natal: EDUFRN, 2022. p. 42-58.
- SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. G. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA, 1., 2009, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Sexual Policy Watch, 2009. p. 1-52.
- SIMÕES, S. S. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010.
- STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2017.
- TAVARES, P. R. C. *Des-habitat*. São Paulo: N-1, 2021.
- WEBER, M. (1905). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

